****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,89, Ano 66 Terça-feira**

**11 de Maio de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**BRUNO COVAS**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.226, DE 10 DE MAIO DE 2021**

Denomina o logradouro público que especifica.

RICARDO NUNES, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso da atribuição conferida pelo inciso XI do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e à vista do que consta processo administrativo nº 6510.2020/0027629-2,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica denominado Via de Pedestre Caçula, CODLOG 44.348-4, o logradouro identificado como passagem na planta de loteamento AU 17/4212/84, da Coordenadoria de Cadastro e Sistema Eletrônico de Licenciamento – CASE, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, com início na altura do número 777 da Avenida Mendes da Rocha e término a aproximadamente 44 metros além do seu início, localizado na quadra fiscal 155 do setor 66, situado no Distrito Vila Medeiros, Subprefeitura da Vila Maria/Vila Guilherme.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito em Exercício

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo

Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 10 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.227, DE 10 DE MAIO DE 2021**

Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel particular situado no Distrito de Saúde, Subprefeitura de Vila Mariana, necessário ao funcionamento de Centro de Educação Infantil - CEI.

RICARDO NUNES, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e na conformidade do disposto nos artigos 5º, alínea “m” e 6º do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para ser desapropriado judicialmente ou adquirido mediante acordo, o imóvel particular situado no Distrito da Saúde, Subprefeitura de Vila Mariana, necessário ao funcionamento de Centro de Educação Infantil - CEI, contido na área de 1.200,00m² (hum mil duzentos metros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-1, indicado na planta P-33.324-A1, do arquivo do Departamento de Desapropriações, a qual se encontra juntada no documento SEI nº 037841218 do processo administrativo SEI nº 6016.2020/0097981-6.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito em Exercício

FERNANDO PADULA NOVAES, Secretário Municipal de Educação

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 10 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.228, DE 10 DE MAIO DE 2021**

Denomina os logradouros públicos que especifica.

RICARDO NUNES, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso da atribuição conferida pelo inciso XI do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e à vista do que consta, respectivamente, do processo administrativo nº 6068.2020/0004013-0,

D E C R E T A:

Art. 1º Os logradouros identificados como Rua 1, Rua 6 e

Rua Antonio de França e Silva (pista 2) na planta de parcelamento ARR 4941 – Loteamento Jardim do Leste, situados no Distrito de Sapopemba, na Subprefeitura de Sapopemba, ficam assim denominados:

I - Fica denominado RUA ERNESTO PAULELLA, CODLOG 51.190-0, o logradouro conhecido por Rua 1, com início na Rua Tenente Godofredo Cerqueira Leite e término na Rua Tarde de Brisa, situado no setor 153, quadras 198 e 201;

II - Fica denominado RUA MARCIO ANTONUCCI, CODLOG 51.469-1, o logradouro conhecido por Rua 6, com início na agora denominada Rua Luiz Melodia e término a aproximadamente 144 metros além do seu início em balão de retorno, situado no setor 153, quadra 99;

III - Fica denominado RUA LUIZ MELODIA, CODLOG 51.468-3, o logradouro sem denominação conhecido por Rua Antonio de França e Silva (pista 2), com início na Rua Cristóvão de Vasconcelos e término a aproximadamente 30 metros além da agora denominada Rua Marcio Antonucci, junto à divisa de loteamento - planta de parcelamento ARR 4941, situado no setor 153, quadra 99.

Art. 2º As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito em Exercício

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO, Secretário Municipal de Licenciamento

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 10 de maio de 2021.

**SECRETARIAS PAG. 10**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**EXTRATO DO TERMO DE DENÚNCIA AMIGÁVEL 01/2020/SMDET**

Processo Administrativo: 6010.2019/0003306-3

Termo de Fomento: 001/SMDET/2019

Contratante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, CNPJ 04.537.740/0001-12

Contratada/proponente: Associação Educacional e de Assistência Social Estação Solidária, CNPJ 07.923.116/0001-41

Objeto do termo: Denúncia amigável do Termo de Fomento

001/SMDET/2019, que tem como objeto o “Projeto Embelezando” que consiste na capacitação de mulheres, jovens e desempregadas, por intermédio dos cursos de auxiliar de cabelereiro e auxiliar de manicure. A denúncia retroagirá à data de 24/06/2020.

Recursos financeiros e prestação de contas: Artigos 52 e 63 e seguintes da Lei Federal 13.019/2014 e artigo 51 do Decreto

Municipal 57.575/2016.

Signatários: Luciana Laronga, pela Associação Educacional e de Assistência Social Estação Solidária, e Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

Testemunhas: Cátia Fagundes Frota e Mariana da Silva Teixeira, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

**INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PAG. 27**

COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE

**EXTRATO DA ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

– CMAI

No dia 29 de abril de 2021 (29/04/2021), às 15 horas e 11 minutos (quinze horas e onze minutos), realizou-se, ordinariamente, a 73ª (septuagésima terceira) Reunião da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), por meio de mecanismos tecnológicos de comunicação simultânea à distância (via plataforma Microsoft Teams), nos moldes do art. 3º, §1º, do Regimento Interno da CMAI (Resolução nº 01/CGM/2016), em razão do estado de emergência declarado no Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, com a presença dos (as) Ilmos. Senhores: Daniel Falcão - Controlador Geral do Município e Presidente da CMAI; Luis Felipe Vidal Arellano – Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Maria Lucia Palma Latorre - Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Justiça (SMJ); Tatiana Regina Rennó Sutto – Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo Municipal (SGM); Giovanna Palopoli Silva – Assessora do Gabinete do Prefeito; Lígia Souza - Assessora da Secretaria Especial de Comunicação (SECOM); Fausto Peixoto Shiraiwa – Assessor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC); Ronaldo Cancian - Assessor da Secretaria Executiva de Gestão (SEGES); Rafael de Oliveira Costa - servidor público da Controladoria Geral do Município (CGM); Ricardo Figueirêdo Veiga - servidor público da Controladoria Geral do Município (CGM) e Damaris Di Donatto Ferreira Torquato - Auditora Municipal de Controle Interno e Secretária Executiva Suplente da CMAI. Desta forma, para a abertura da reunião, restou atingido o quórum mínimo com a presença de 5 (cinco) integrantes para a realização da reunião ordinária, nos termos do parágrafo único do art. 54 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, com a presença do Controlador Geral do Município, do Secretário Adjunto de SF, da Chefe de Gabinete da SMJ, da Assessora do Gabinete do Prefeito e da Assessora de SECOM, nos termos da segunda parte do § 1º do art. 52 do mesmo Decreto. I. Abertura da sessão. Iniciada a reunião a Secretária Executiva Suplente da CMAI sugeriu que, em razão do

volume de recursos a serem analisados, os membros da CMAI manifestassem voto nominalmente apenas em caso de discordância da proposta do relator do recurso, dinâmica aceita por unanimidade pelo colegiado. II. Análise de 32 (trinta e dois) recursos em 3ª Instância. Considerando o número expressivo de recursos em pauta oriundos de pedido E-SIC destinados à Subprefeitura do Itaim Paulista (SUB-IT), a Secretária Executiva Suplente da CMAI sugeriu modificação na ordem da pauta para julgamento reunido dos casos desta Subprefeitura, com retorno à ordem numérica após apreciação de todos os recursos referentes à SUB-IT, proposta aceita por unanimidade pelo colegiado. 01. Pedido nº 55825/SUB IT - Relatoria: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC: O representante da SMDHC fez breve relato. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: ”Boa tarde, na data de 14/09/2020 foi solicitado no processo SEI 6040.2020/0001290-8, no link 033246831 a solicitação pre-requisição para a reforma da praça

Creusa Rodrigues Zeferino situada nas ruas Eugenio Grieco x Coração Paulista e estrela mil, após todos os tramites do processo houve o despacho Autorizatário no link no 037134204 a contratação direta da empresa PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO EIRELLI, inscrita no CNPJ/MF sob no71.655.120/0001-75, objetivando a Contratação de empresa especializada em serviços para reforma da Praça Creusa Rodrigues Zeferino situada nas Ruas Eugênio Grieco X Coração Paulista e Estrela Mil - Itaim Paulista, nos termos do memorial descritivo anexo em link 034684383, pelo valor total de R$ 93.373,32 (noventa e três mil trezentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos), de acordo com a proposta anexa em link 037018186, conforme Nota de Reserva anexada em link 034457874, o prazo de execução desses serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da ordem de início, publicado no Diario

Oficial da Cidade de São Paulo, na data de 22 de dezembro de 2020,gostaria de saber: 1) De a onde veio a dotação orçamentaria para a execução dessa obra de reforma, 2) Já existe termo de contrato, 3) Porque essa reforma ainda não começou? 4) Quando será dada a ordem de inicio (não achei publicação da mesma), sem mais no aguardo.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso, uma vez que a solicitação inicial foi devidamente respondida.

07. Pedido nº 55352/SUB IT - Relatoria: Gabinete do Prefeito: A representante do Gabinete do Prefeito fez breve relato. Trata-se de pedido de informação dirigido à Subprefeitura de Itaim Paulista (SUB-IT) com a seguinte redação: “Foi feito um esic em 14/07/2020 (no 049486), questionando um oficio parado: “Boa tarde Foi protocolado na Subprefeitura de Itaim, oficio no 015/ CPM-IT/2019, na data de 25/03/2019, o referido pedido ainda encontra-se "parado" na Sub-IT\CPDU como SEI 6040.2019/0000473-3, desde 10/04/2019. É normal os ofícios ficarem parados a mais de 1 ano, sem movimentação\ação. Necessitamos de uma resposta, pois fomos cobrados pelos moradores vizinhos da referida área, sem mais no aguardo.”, porem em tentativas de vistas pelos Sites : “ http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/Outros-Portais.aspx,https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\_pesq\_processo\_pesquisar.

php?acao\_externa=protocolo\_pesquisar&acao\_origem\_ externa=protocolo\_pesquisar&id\_orgao\_acesso\_externo=0 e

<https://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/consultarProcessos>. aspx , notei que o processo foi bloqueado para vistas, gostaria de saber: 1) Qual o motivo do bloqueio, pois o Conselho Participativo não solicitou sigilo e que os todos processos SEI protocolados (ofícios) na Subprefeitura de Itaim Paulista são abertos sem restrição, 2) Por que o mesmo foi encaminhado a SEL depois de 16 meses, 3) Qual é a situação atual do referido processo, sem mais no aguardo.”. A demanda foi submetida à CMAI.

Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso para que a SUB-IT disponibilize para consulta pública o processo 6040.2019/0000473-3, sendo dada a oportunidade de o munícipe acompanhar a tramitação do mesmo. 08. Pedido nº 55752/ SUB IT - Relatoria: Secretaria do Governo Municipal - SGM e 09.

Pedido nº 55970/SUB IT - Relatoria: Secretaria do Governo Municipal - SGM: Considerando que o recurso 55752/SUB IT e 55970/SUB IT, conforme narrado pelo próprio munícipe formam apenas um pedido de acesso à informação, ambos foram distribuídos para o mesmo relator e apreciados em conjunto pela CMAI. A representante da SGM fez breve relato dos pedidos. O pedido 55752/SUB IT traz: “Boa tarde, na data de 13/09/2021, fiz um e-sic ( 051351) com os seguintes dizeres : “Bom dia, gostaria de saber: 1) Quando será feito o processo de desfazimento para liberação da rua Curuquerê, conforme solicitação e processos, SEI no 6040.2019/0000214-5 e PA 2015- 0.068.425- 9, informo que existe parecer favorável da CET no SEI no 6068.2019/0001300-0 , no 016505167 (17/04/2019), necessitamos providencias imediatas nas respostas, pois existe um processo em andamento de aquisição e construção de uma Unidade Básica de Saúde, em área da municipalidade próxima a essa via, sem mais no aguardo”, aonde obtive a seguinte resposta na data de 02/10/2020: “A Subprefeitura Itaim Paulista informa que, conforme tratado no processo Sei 6040.2020/0000214-5, o prazo de desfazimento só poderá ser estimado após disponibilidade orçamentária para realizar tais atividades, mantendo-se inalterada até o presente momento. Quanto a possibilidade de recursos para 2021, se faz necessários levantamentos preliminares quanto aos custos, uso de equipes já contratadas ou não, projetos e outros trâmites que forem necessários para apreciação de instâncias superiores, observadas as condições de cunho técnico”, Porem nos meses de janeiro presenciei algumas publicações no FACEBOOK na pagina do Subprefeito referente a alguns serviços executados pela subprefeitura do Itaim Paulista :

15/01/2021, https://m.facebook.com/story.php? story\_fbid=392

0461404683840&id=100001600560972 , 22/01/2021 , https://m.facebook.com/story.php? story\_fbid=3939008422829

138&id=100001600560972 , <https://m.facebook.com/story>. php? story\_fbid=3939005622829418&id=100001600560972 , gostaria que está controladoria analise primeiramente as minhas perguntas para depois fazer os devidos encaminhamento, pois foi publicado na data de 13/12/2020 o processo SEI 6018.2020/0086250-2 referente a construção da UBS, caso necessite de mais informações existem também mais dois, o SEI 6018.2019/0000237-4 de 03/01/2019 do Conselho Gestor UBS Atualpa e o SEI 6018.2019/0065330-8 da STS Itaim Paulista e conforme resposta do e-sic no 052635 na data de 25/11/2020 :

“A Unidade de Coordenação do Programa Avança Saúde SP da

Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo informa que a área destinada para Construção da UBS Atualpa, no âmbito do Programa Avança Saúde/BID, foi, inicialmente, objeto de investigação confirmatória de Contaminação do Solo. De acordo com o relatório de investigação ambiental, a área está apta a implantação da UBS Jardim Atualpa e livre de contaminação. Tomado conhecimento da liberação da área para seu uso, procedeu- se à contratação do levantamento planialtimétrico e campanha de sondagem para reconhecimento do subsolo, visando proporcionar o reconhecimento da estratigrafia local necessária para a montagem do perfil geotécnico e tomada de decisão quanto a estabilidade do solo e parâmetros geotécnicos a serem adotados nos projetos. Estamos finalizando os serviços descritos acima, demos inicio ao processo de contratação dos Projetos Básicos e Complementares para posterior licitação das obras, que deve acontecer no primeiro quadrimestre de 2021, Quanto a faixa serve de informação a todos da comunidade que será realizado o Equipamento de Saúde no local. Att. Armando Luis Palmieri – Chefe de Gabinete – SMS/SP e também a resposta de

1o instancia do mesmo e-sic : “Prezado Requerente, em atendimento ao recurso de 1a instância em face da solicitação de informação em epígrafe, registrada no sistema e-SIC, sob o número de protocolo 52635, e, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei Federal no 12.527/2011) e ao Decreto Municipal no 53.623/2012 e suas posteriores alterações, a Unidade de Coordenação do Programa Avança Saúde SP da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo informa que as perguntas feitas pelo Requerente não são possíveis de serem respondidas, pois não se contratou a obra ainda, onde deve ocorrer esta contratação no primeiro quadrimestre 2021. O que esta acontecendo é a elaboração dos projetos. O banner ora instalado informa que ali será uma obra financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Att. Edson Aparecido dos Santos – Secretário Municipal de Saúde de São Paulo “, Fico preocupado pois o parecer da CET informa : “Trata o presente de solicitação de

concessão da Rua Coruquere, não aberta, no bairro do Itaim Paulista, extremo Leste do Município de São Paulo. O interessado informa que pretende cuidar da área destinada a via, removendo a vegetação e o entulho para que seja utilizada como uma via normal ao trânsito de veículos. CGPATRI/DDPI tratou o processo como "pedido de concessão" e informa que a área pretendida pelo solicitante é oficialmente leito de via pública, conforme informação no 207/2019/CGPATRI-SI/SEL.De acordo com a Portaria DSV no18/19, a Rua Coruquere é oficial e está classificada como Via Local, conforme Figura 1. Muito embora não tenha sido aberta fisicamente, faz parte de loteamento aprovado e deveria ter sido executada pelo proprietário do referido loteamento, conforme informações do processo e desenhos anexos. Devido à ocupações irregulares, o bairro do Itaim Paulista possui uma grande quantidade de vias descontínuas e estreitas, constituindo carência de mobilidade, tanto para os veículos quanto aos pedestres. O único acesso à região é através da Rua Tibúrcio de Souza que, muito embora esteja classificada como Via Arterial, possui cerca de 10,0m de largura e opera em sentido duplo. É através dela que trafega o transporte coletivo, sendo registradas dificuldades de atendimento e atrasos, até

mesmo em função do crescimento habitacional da área. Além disso o uso do solo na região é de comércio, serviços e residências com circulação de veículos de carga, não só utilitários, mas também caminhões. A quadra em que a Rua Coruquere está inserida é longa, existe um grande Supermercado com acesso pela Rua Tibúrcio de Souza, um Posto de gasolina na esquina da Rua Ambaré e ainda existem terrenos grandes a serem ocupados.” O pedido 55970/ SUB-IT dispõe: Dessa forma, a execução da Rua Coruquere facilitaria a circulação de veículos e pedestres nas imediações, favorecendo a acessibilidade desses lotes.

Portanto, entendemos que o assunto não deve ser tratado como

"Concessão" e, tendo em vista a planta do loteamento aprovado, somos favoráveis a abertura da via ao público e sua constituição como viário para a melhoria da acessibilidade local. Alexandre De Luca Bergamini Reg. CET : 08215, 17/04/19”, Fico preocupado, pois será iniciada uma obra da Secretaria da Saúde (Construção de uma UBS) e a curva existente enfrente ao terreno é perigosa, com isso gostaria de saber: 1) A Subprefeitura Itaim Paulista informou que o prazo de desfazimento só poderá ser estimado após disponibilidade orçamentária , porem vimos pelo Facebook do Subprefeito a execução de alguns serviços de pavimentação, executados em janeiro/2021, de onde veio a dotação orçamentaria parta execução desse serviço?; 2) Qual é o endereço dessas vias que foram pavimentadas, se possível informar o CADLOG (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/noticias/?p=24449 ); 3) Em vistas ao Diário Oficial da Cidade de São Paulo, não localizei nenhum processo de Obra nova ou pavimentação de logradouros em nosso bairro, se possível informar o numero da licitação e processo SEI desse empreendimento executado; 4) Qual é o nome da Empresa que executou esse serviço?; 5) O material usado guias , sarjetas e concreto vieram de qual disponibilidade orçamentário, pois em uma resposta vocês afirmaram que não tinham recursos, se possível especificar as nota fiscais de aquisição do material utilizado ou numero do processo ; 5) Bom dia em vista a solicitação do pedido e sic no 055752, vi que o texto não foi todo, por isso estou mandando o restante do texto para que possa se

"alcançado" ao processo sei acima citado, que já foi encaminhado a Subprefeitura do Itaim por vossa secretaria, sem mais venho a agradecer "Gostaria se possível me informar como esta o processo de liberação da referida via ( Rua Coroquere)?; 6) Os moradores já foram notificados, quais são os números dos processos administrativos; 7) Qual é o prazo que foi dado aos moradores para a retirada do portão e transferência da entrada de energia elétrica, para que possa dar inicio a liberação da via,; sem mais no aguardo." A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso e-sic 55752, por não contar com pedido de informação e pelo DEFERIMENTO do recurso e-sic 55970 para que a SUB-IT preste esclarecimentos quanto a todos os questionamentos apresentados pelo munícipe, reforçando que o período excepcional de pandemia não pode ser utilizado para restringir o acesso à informação. 15. Pedido nº 55363/SUB IT - Relatoria: Secretaria

Municipal de Justiça – SMJ: A representante da SMJ fez breve relato do pedido: “Boa tarde, na data de hoje, o Subprefeito de Itaim paulista, pronunciou em seu Stories pelo Facebook (https://www.facebook.com/stories/1556649337741962/UzpfSVNDOjM5Njc4MzQxNTY2MTMyMzE=/? view\_ single=1&source=shared\_permalink ), informando do excesso de chuva na região, sobre problemas gerados em algumas casas, e de uma região específica, e de informações passadas pela

Defesa Civil de que o acumulo de lixo nos bueiros provocou a enchente, gostaria de saber: 1) Aonde é essa região “especifica” que é informado pelo Subprefeito, 2) Quais são as ruas mencionadas, 3) Essas ruas mencionadas tem plano de varrição, 4) A empresa CORPUS que presta serviço de nosso distrito tem equipes de limpeza de Boca de Lobo? 5) Caso afirmativo a pergunta 5, essas bocas de lobos já passaram alguma vez por limpeza , 6) gostaria a possibilidade de me enviar em anexo a relação dos últimos 6 meses quais bocas de lobos já foram limpas no distrito do Itaim Paulista, caso a CORPUS tenha equipe, sem mais no aguardo.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso, para que a SUB-IT forneça os dados de forma completa ao munícipe. No caso de impossibilidade, deve o órgão justificar adequadamente. 17. Pedido nº 56218/SUB IT - Relatoria: Secretaria do Governo Municipal - SGM: A representante da SGM fez breve relato do pedido: “Bom dia, vi uma publicação postada no dia 05/08/2020, no FACEBOOK da pagina Oficial da Subprefeitura do Itaim Paulista, <https://www.facebook>. com/615179952015377/posts/1406871969512834/ , apresentando um projeto de reforma da área de lazer da Rua Antônio Maria Escudeiro Rivas, com uma foto apresentando um desenho de uma quadra (Auto Cad ou Similar), com os seguintes dizeres:

“Nesta quarta-feira (05), a Subprefeitura Itaim Paulista marcou presença em Cidade Kemel a fim de apresentar o projeto de reforma da área de lazer da Rua Antônio Maria Escudeiro Rivas.

Conforme prometido no dia 24/07, o Subprefeito, Gilmar Souza

Santos, juntamente com a equipe técnica da Coordenadoria de

Projetos e Obras, se reuniu com os moradores para registrar as sugestões que servirão para as intervenções futuras no local.

“Só se consegue fazer alguma coisa em benefício da comunidade quando a Prefeitura permite que haja encontros como esse”, disse o subprefeito. "A participação da população é fundamental para traçar melhorias, como a reforma da quadra que, inclusive, já vamos dar entrada na fase de licitação de implantação de luminária solar de led, tabela de basquete, alambrados, postes de voleibol e traves de futebol", porém até a presente data a obra não começou, sabemos conforme resposta em um esic (051186), gostaria de saber: 1) Sabemos que existe uma verba parlamentar no processo SEI 6010.2020/0003810-5, ela vai ser usada nessa obra, 2) Quem é o parlamentar (vereador) 3) Caso a resposta 1 seja negativa, qual o motivo, 4) Por que a reforma ainda não começou, 4) Quando será dada a ordem de início ( pois não achei a publicação da mesma), se mais no aguardo”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso, uma vez que a solicitação foi devidamente respondida e houve inovação em fase recursal, fundamentando a decisão na Súmula nº 05/2021 da CMAI. 22. Pedido nº 55167/SUB IT - Relatoria: Secretaria Especial de Comunicação - SECOM: Por dificuldade momentânea para uso do microfone e a pedido da representante de SECOM, a Secretária Executiva Suplente da CMAI fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação dirigido à Subprefeitura Itaim Paulista, com a seguinte redação: “Boa tarde, esta minha solicitação refere-se ao recurso de 3a instancia do protocolo e-sic no 50144, após a análise do presente caso, os membros da 67a CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO PARCIAL do recurso, para que a Subprefeitura do Itaim Paulista - SUB/IT esclarecesse sobre os andamentos do ofício no 003/CPM-IT/2019 e o fundamento adotado para seu encerramento. Em vista ao processo SEI 6067.2020/0027891-3 no link 038061036 que refere- -se ao oficio que será encaminhado o coordenador do Conselho Participativo do Itaim Paulista com uma resposta com os seguintes dizeres no texto “aproveitamos a oportunidade para informa-lo que conforme informações de nossa Coordenadoria de Projetos e Obras/CPO, onde a CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – divulgou oficialmente que vai contratar uma empresa ou consorcio para fazer a manutenção de passarelas sobre as linhas férreas, porem está resposta foi originada por uma publicação de AVISO DE LICITAÇÃO no Diário do Transporte (link 036191930), porem em vista ao processo licitatório pelo site http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Licitacao/Detalhar/ODA0MQ2 , aonde consta o contrato da empresa ganhadora, anexo I – O termo de referencia, anexo II - Proposta da contratada, anexo III - Planilha de Quantidade e Preços Propostos, anexo IV – Copia de Declaração de Ciência e Responsabilidade, anexo V – Termo de Ciência e de Notificação, porem NÃO

CONSTA ENDEREÇO DA REFERIDA PASSARELA, pois a divulgação dessa licitação em jornais é obrigado por lei, gostaria de saber: 1) A CPTM foi informada desse pedido\solicitação do CPM-IT\Subprefeitura, já que alegam que é de responsabilidade dela a manutenção , reforma e zeladoria da passarela, 2) Caso positivo, anexar copia da solicitação e resposta, 2) A Subprefeitura do Itaim aproveitando da situação da denuncia do abandono dessa passarela, sem manutenção, por acaso fizeram alguma fiscalização\vistoria, conforme solicitado no oficio, 3) Caso positivo anexe na resposta uma copia do relatório, 4) Para um documento datado em 18/02/2019, reclamado via e-sic em 31/07/2020 ( 529 dias) demorar mais 20 dias para a primeira resposta, entre 1a (20/08/2020), 2a e 3a estancias até o presente momento 21/01/2020 demorar mais de 174 demoras, sendo que totaliza-se 703 dias, quais são as providencias tomadas por esta secretaria referente a esse lapso, pois só foi descoberto após a reclamação, 5) Devido agora todos processos, ofícios, solicitações qualquer documento protocolado pode virar ou gerar um SEI, gostaria de saber quantos processos físicos (PA) e eletrônicos (SEI) existem na Subprefeitura do Itaim Paulista, se possível separados por coordenadoria, supervisão e setores e informando também de quantos lapsos , digo, parados, se possível anexar no formato xls (EXCEL) a devida resposta para mais fácil analise e consulta, sem mais no aguardo.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO em virtude das informações prestadas pela Subprefeitura quanto à impossibilidade de realizar o levantamento solicitado. 23. Pedido nº 56369/SUB IT - Relatoria: Secretaria

Municipal de Justiça – SMJ e 24. Pedido nº 56370/SUB IT - Relatoria: Gabinete do Prefeito: Em razão da similitude dos pedidos, a representante do Gabinete do Prefeito sugeriu o julgamento em conjunto dos pedidos 23 e 24 da Pauta, com aceite por unanimidade pelo colegiado. A representante de SMJ fez breve relato do pedido 56369/SUB IT. Trata-se de pedido de informação dirigido à Subprefeitura Itaim Paulista, com a seguinte redação: “Boa tarde, vimos que no processo SEI no 6040.2020/0001290-8, que refere-se a reforma da Praça Creusa Rodrigues Zeferino situada nas Ruas Eugenio Grieco x Coração Paulista e Estrela Mil, vimos que constava em seu memorial descritivo link 033247167 a instalação de luminárias solar de led de 150 W com poste de aço galvanizado, podemos dizer que existe essa necessidade, pois a praça provavelmente esta deficitária em questão a iluminação publica, pelo que notamos iriam ser instalados 14 postes, porem por causa da portaria 029/SMSUB/2020 que trata o seu artigo 1o “As 32 (trinta e duas) Subprefeituras estão proibidas de executar quaisquer serviços referente a Rede de Iluminação Pública do Município de São Paulo”, por causa disso o orçamento referencial foi atualizado e retirado os 14 postes, como a Subprefeitura não poderá fazer a instalação dessa iluminação por causa da referida portaria, gostaria de saber: 1) Vocês encaminharam a ILUME alguma solicitação pedindo a instalação de Iluminação pública a esta praça, 2) Caso positivo, vocês poderiam anexar a este e-sic uma copia da solicitação ou numero do processo SEI, 3) Caso negativo, explique por que não foi solicitado, se na reforma constava a instalação de 14 postes, sem mais no aguardo.”. A representante do Gabinete do Prefeito fez breve relato do pedido inicial, tendo esclarecido que a dinâmica de tratamento pela Unidade

foi a mesma destinada ao pedido 23. Trata-se de pedido de informação dirigido à Subprefeitura Itaim Paulista, com a seguinte redação: “Boa tarde, vimos que no processo SEI no 6040.2020/0000870-6, que refere-se a reforma da Praça sem denominação da Av. Corrego Agua Vermelha x R. Capitão Ribeiro de Camargo x Rua Benedito Raposo, Itaim , vimos que constava em seu orçamento referencial link 032773075 a instalação de luminárias solar de led de 150 W com poste de aço galvanizado, podemos dizer que existe essa necessidade, pois a praça provavelmente esta deficitária em questão a iluminação publica, pelo que notamos iriam ser instalados 06 postes, porem por causa da portaria 029/SMSUB/2020 que trata o seu artigo 1o

“As 32 (trinta e duas) Subprefeituras estão proibidas de executar quaisquer serviços referente a Rede de Iluminação Pública do Município de São Paulo”, por causa disso o orçamento referencial foi atualizado e retirado os 06 postes, conforme o link

034429183, como a Subprefeitura não poderá fazer a instalação dessa iluminação por causa da referida portaria, gostaria de saber: 1) Vocês encaminharam a ILUME alguma solicitação pedindo a instalação de Iluminação pública a esta praça, 2) Caso positivo, vocês poderiam anexar a este e-sic uma copia da solicitação ou numero do processo SEI, 3) Caso negativo, explique por que não foi solicitado, se na reforma constava a instalação de 14 postes, sem mais no aguardo.” As demandas foram submetidas à CMAI. Após a análise dos casos, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO dos recursos 56369 e 56370, com envio de ofícios, para que a SUB-

-IT formalize a necessária solicitação de iluminação das praças

Praça Creusa Rodrigues Zeferino e Praça sem denominação da

Av. Córrego Água Vermelha x R. Capitão Ribeiro de Camargo x

Rua Benedito Raposo, conforme projetos de reforma, devendo informar previsão de execução da iluminação nas praças com base em informações que venham a ser prestadas por ILUME.

25. Pedido nº 56374/SUB IT - Relatoria: Secretaria do Governo

Municipal - SGM: A representante da SGM fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Boa noite, na data de 17/02/2021 fiz um e-sic no 055902, solicitando algumas informações administrativas referente a compras de equipamentos de ATI ( equipamentos de ginastica da 3a idade), informes básicos para uma administração publica; no de processos SEI, quantidades e locais que foram ou serão instalados, porem o funcionário que gerencia o e-sic desta subprefeitura, acostuma deixar para o ultima dia de prazo 09/03/2021, (Após 20 dias) solicitar a sua prorrogação (mais 10 dias), ficando o seu vencimento para 19/03/2021, com a seguinte justificativa; “Devido os impactos causados pela pandemia, houve redução no quadro de funcionários para obtenção e atendimento hábil das informações solicitadas, conforme decreto municipal no 60.107, de 3 de Março de 2021, que dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da fase vermelha do Plano São Paulo no âmbito do município de São Paulo”, discordo pois nos últimos meses as coordenadorias que envolvem construção, manutenção (CPO e CAF) nunca pararam, podemos notar que diversas licitações e pregoes foram feitos para os processos de revitalização de praças, construção de passarelas (4), pavimentação de vielas, todos atos que envolve o setor administrativo não parou, temos também o gabinete do Subprefeito que nunca parou, porem suas coordenadorias com suas respectivas supervisões e unidade que estão trabalhando em regime de home office que foi adotado pelo município de São Paulo/SP para todos os seus servidores como a solução possível para a manutenção do serviço público ativo (em tempos de coronavírus) sem olvidar os devidos cuidados com a saúde desses trabalhadores. Quando de seu implemento (na época, temporário), houve incremento da produtividade, razão pela qual o município em questão resolveu torná-lo definitivo, e tratá-lo como a solução perfeita para o futuro do serviço público, através do decreto 59.283/2020 e tornando definitivo pelo decreto 59.755/2020, gostaria de saber: 1) As perguntas feitas no e–sic no 055902 foram encaminhadas as suas coordenadorias em que data, se possível anexe copia da mensagem, 2) Qual seria a dificuldade de formalizar a resposta, pois as perguntas são de caráter administrativo (não técnico), 3) Esta Subprefeitura tem 180 funcionários, quantos estão afastados por causa do decreto referente a COVID, 4) Quantos funcionários estão trabalhando na Subprefeitura, se possível anexar a relação por coordenação, supervisão e unidade, anexar resposta, 5) Quantos funcionários estão em home office e tele trabalho, se possível anexar a relação, Ao justificar a medida, o Sr. Bruno Covas (prefeito desta cidade) afirma que, “da experiência com a adoção do regime de tele trabalho no período de emergência, advieram resultados satisfatórios para a Administração, como o aumento da produtividade e a melhoria na prestação de serviços”, (https://politica.

estadao.com.br/noticias/geral,covas-torna-permanente-o-home- -office-para-funcionarios-da-prefeitura-de- sp,70003438832 ), por isso questiono a sua resposta no referido e-sic, pois em publicação na data de hoje 09/03/2021 o Subprefeito do Itaim

Paulista, Sr. Gilmar Souza dos Santos, informa em sua pagina do

Facebook (https://m.facebook.com/story.php? story\_fbid=40675

91589970820&id=100001600560972 ) que não está tendo atendimento para os munícipes na forma presencial, porem os servidores desta Subprefeitura estão trabalhando em regime de plantão e que estão vindo trabalhar, no aguardo da resposta deste e-sic ( você tem 20 dias) e do anterior ( que você trocou 20 dias por 10 dias, tomara que de tempo), obrigado”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso, uma vez que a solicitação foi devidamente respondida e houve inovação em fase recursal, fundamentando a decisão na Súmula nº 05/2021 da CMAI. 26. Pedido nº 55912/SUB IT - Relatoria: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC: O representante da SMDHC fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação

com a seguinte redação: “PESSOAL MUITO TEMPO PEDINDO A

COLOCAÇÃO DE ATl nas praças Cecília Kiyoko yokohama e Manoel Nazário da silva, sub prefeitura alegar que para evitar aglomerações não está colocando e tb falta funcionários, só que o sub durante a pandemia já colocou treis ATlS- Academia da terceira idade. já não sei mais pra onde recorrer, diante uma situação dessa. VEJA LINK de hoje. https://n.facebook.com/story.

php?story\_fbid=400448697314615&id=100001600560972”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso, uma vez que o pedido inicial não trata de pedido de informação, bem como houve inovação em fase recursal, fundamentando a decisão na Súmula nº 05/2021 da CMAI. 28. Pedido nº 55902/SUB IT - Relatoria: Secretaria Municipal da Fazenda – SF: O representante de SF fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Boa tarde, sabemos que esta Subprefeitura está acostumada a revitalizar, reformar praças e criar espaços para colocação de ATI (equipamentos de ginasticas para a 3 idade) e playgrounds , com isso acostuma adquiri os mesmos, em processos de licitações, em emendas parlamentares, gostaria de saber: 1) Quantos processos de compras foram feitas a partir de junho de 2018 até a presente data, se possível especificar os números dos processos, 2) A quantidade descriminada de cada processo, 3) As datas de entregas dos respectivos equipamentos a Subprefeitura, 3) Aonde foram instalados os equipamentos , descriminação por local x quantidade, 4) Quantos existem em estoque e para onde serão destinados os mesmos, 5) Qual empresa que instalou os mesmos, se possível anexar as folhas das respectivas ordens de serviço, sem mais no aguardo, 6) Quais processos foram emendas parlamentar, se possível citar os números dos processos de liberação da respectiva verba, sem mais no aguardo.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso para que a Sub-IT forneça as informações requeridas na no pedido inicial. No caso de impossibilidade, deve o órgão justificar adequadamente. 02. Pedido nº 55619/Sub Jabaquara - Relatoria: Controladoria Geral do Município – CGM: O presidente da CMAI fez o breve relato.

Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Senhor Subprefeito, Eu, DADOS PESSOAIS, vem perante Vossa Senhoria, considerando a Portaria 09/SP-JA/GAB/2011 que determinou a cassação de 79 permissionários em 13.07.2011, suspensa pela Portaria 011/SP-JA/ GAB/2011, requerer o fornecimento de lista contendo o nome completo e o termo de permissão de uso para o comércio ambulante na Subprefeitura de Jabaquara, indicando os motivos da cassação com fornecimento de cópia do auto de infração. Que também que seja fornecida lista contendo nome completo dos permissionários cassados conforme mencionado acima que tiveram sua situação regularizada com a emissão do Termo de Permissão de Uso após 13.07.2011. E ainda, quais solicitaram inclusão no programa “Tô Legal” instituído pelo Decreto no 58.831/2019. Por fim, que informe sobre eventual realização da Comissão Permanente de

Ambulantes – CPA no presente ano (2021) indicando quais os meios de publicidade do chamamento e da ata para participação, validade e conhecimento públicos. Certos de contar com vosso empenho na efetivação do princípio da publicidade por intermédio da Lei de Acesso a Informação renovo os votos de estima e consideração.” A demanda foi submetida à CMAI.

Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso para que a SUB-JB preste as informações solicitadas ao munícipe, reforçando que o período excepcional de pandemia não pode ser utilizado para restringir o acesso à informação. II. 03. Pedido nº

55818/Sub Penha - Relatoria: Secretaria Municipal da Fazenda

– SF: O representante de SF fez breve relato do pedido. Trata-se

de pedido de informação com a seguinte redação: “Travessa

baldaia está fechada. Qual o motivo de uma rua

"PÚBLICA",estar fechada para o trânsito? Não é uma rua

particular,nem condomínio, logo, o trânsito deve ser restabelecido”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, delibera ram pelo INDEFERIMENTO do recurso uma vez que o pedido de informação inicialmente formulado foi atendido e também com fundamento na "Súmula nº 02/2021 da CMAI - PROCEDIMENTO ESPECÍFICO – DENÚNCIA OU RECLAMAÇÃO – O e-SIC não é o canal adequado para a realização de denúncia ou reclamação.

O órgão ou a entidade deverá orientar o interessado a buscar a informação por intermédio do canal ou procedimento adequado junto à Ouvidoria Geral do Município (OGM)", podendo utilizar-

-se dos seguintes canais para registro de denúncia/reclamação:

(i) Por e-mail: ogm@prefeitura.sp.gov.br; denunciaogm@prefeitura.sp.gov.br; gabinete.ogm@prefeitura.sp.gov.br; (ii) Central de Atendimento SP 156 - telefone 156, opção 5; (iii) Pelo formulário eletrônico: sp156.prefeitura.sp.gov.br; (iv) Presencialmente:

“O atendimento presencial da Ouvidoria Geral do Município de

São Paulo, que tinha sido suspenso pelo decreto 59.283/2020, está sendo retomado gradativamente nas unidades do Programa Descomplica SP, conforme o decreto 59.604, de 14 de julho de 2020, com agendamento dos atendimentos, por meio da Central SP 156. 04. Pedido nº 56393/AMLURB - Relatoria: Secretaria Executiva de Gestão – SEGES: O representante de SEGES fez breve relato. Trata-se de pedido de informação, nos seguintes termos: “Boa tarde, notei na 3a vez seguida que a coleta do lixo domiciliar de minha residencial foi feita no período noturno, em pesquisa no site da ecourbis, verifiquei que houve mudanças no horário, porém no site dos senhores informam que seriamos notificados por meio de panfletos a partir de 17 de fevereiro, porém isso não veio a ocorrer, gostaria de saber : 1) Quando os senhores irão notificar o setor, pois em andanças pelos quarteirões vizinhos a maioria está colocando os resíduos nos antigo horário habitual, 2) A partir de que horário posso colocar o lixo para fora para a coleta, 3) Notei que existe agora a coleta seletiva (nunca presenciei no horário antigo), quais são os materiais de poderei disponibilizar para essa coleta, e se existe uma cor específica para o saco plástico, moro na Rua Capricho de Paganini, 55 - Itaim Paulista, sem mais no aguardo”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso para que a AMLURB preste as informações solicitadas pelo munícipe. No caso de impossibilidade, deve o órgão justificar adequadamente. 05. Pedido nº 55539/ SMSUB - Relatoria: Secretaria Especial de Comunicação - SECOM e II. 13. Pedido nº 55364/SMSUB - Relatoria: Secretaria Executiva de Gestão – SEGES: Em razão da similitude dos pedidos, a Secretária Executiva suplente da CMAI sugeriu o julgamento em conjunto dos pedidos 5 e 13 da Pauta, com aceite por unanimidade pelo colegiado. Por dificuldade momentânea para uso do microfone e a pedido da representante de SECOM, a Secretária Executiva Suplente da CMAI fez breve relato do pedido 55539/SMSUB. Trata-se de pedido de informação dirigido à Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), nos seguintes termos: “Quanto a prefeitura gastou para colocar as pedras do viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida no dia 2 de fevereiro? Quanto foi gasto na obra para retirada? Obrigado!“.

Na sequência o representante de SEGES fez breve relato do pedido 55364/SMSUB. Trata-se de pedido de informação dirigido à

Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) com a seguinte redação: “Solicito informações relativas à instalação de pedras embaixo do Viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, na região do Tatuapé, amplamente noticiada pela mídia no dia 1º de fevereiro de 2021 (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/para-evitar-moradores- de-rua-prefeitura-instala-

-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp.shtml): 1) Qual a área da Prefeitura foi responsável pela instalação das referidas pedras? 2) Quem foi a pessoa responsável por ordenar e autorizar a obra? 3) Qual a razão que motivou a realização de tal obra? E quais os objetivos pretendidos? 4) Quanto custou a colocação das pedras? Por qual contrato ela foi realizada? 5) Diante da retirada das pedras no dia 02 de fevereiro, questiono ainda quanto custou a retirada, uma vez que, segundo informado, foram utilizados cinco caminhões, duas escavadeiras e dezenas de trabalhadores? 6) Quais medidas de apuração e responsabilização estão sendo tomadas pela Prefeitura em decorrência do episódio? 7) Ainda segundo a notícia, no ano passado foram colocadas pedras também sob o viaduto Antônio de Paiva Monteiro. Essas pedras também serão retiradas? 8) Foram colocadas pedras embaixo de outros viadutos além dos viadutos Dom Luciano Mendes de Almeida e Antônio de Paica Monteiro? Se sim, também serão retiradas? 9) Recebi denúncia de que grades estão sendo instaladas na Praça Cantinho dos Imigrantes, no Brás (esquina da Rua Torquato Neto com a Rua Caetano Pinto). O local abriga famílias com muitas crianças, uma senhora idosa e uma pessoa com deficiência. Qual o motivo para a colocação das grades? As pessoas em situação de rua que ali estão receberam ou receberão atendimento social e oferta de acolhimento?”. As demandas foram submetidas à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO dos recursos para que a SMSUB preste as informações solicitadas pelos munícipes, nos termos das solicitações, referente à obras realizadas em fevereiro de 2021 sob os Viadutos Dom Luciano Mendes de Almeida e Antônio de Paiva Monteiro, devendo informar a estimativa contratual dos valores apurados nas obras, caso não disponha de imed i a t o da informação solicitada. 06. Pedido nº 56098/SVMA - Relatoria: Secretaria Municipal de Justiça – SMJ e II. 30. Pedido nº 56659/SVMA - Relatoria: Secretaria Especial de Comunicação -

SECOM: Em razão da similitude dos pedidos, a Secretária Executiva suplente da CMAI sugeriu o julgamento em conjunto dos pedidos 6 e 30 da Pauta, com aceite por unanimidade pelo colegiado. A representante da SMJ fez breve relato do pedido 56098/SVMA. Trata-se de pedido de informação dirigido à Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) com a seguinte redação: “Considerando o Ofício no 04/2021/CGM-COPI, sobre um pedido que foi apreciado pela Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI) que, em decisão colegiada, DEFERIU o recurso para que a SVMA esclarecesse se existe ou não alguma previsão para a nomeação dos profissionais QEAGs habilitados em concurso público; Considerando que na Informação SVMA/ CAF/DGP No 039543241 (SEI 039543241), a SVMA diz que

NÃO houve até o momento AUTORIZAÇÃO de nomeação para referido concurso; Considerando que na Informação SEGES/ DPGC/DGCE No 039299494 (SEI 039299494), a SEGES diz que:

"Informamos que foram autorizados 118 (cento e dezoito) cargos vagos para o concurso público do quadro dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia-QEAG para as Secretarias Executiva de Gestão, Verde e Meio Ambiente, Cultura, Subprefeituras, SIURB e SMUL, conforme processo SEI 6017.208/0001088-2, não havendo até o momento autorização de nomeação para referido concurso"; Considerando que o mesmo documento também diz que a solicitação de nomeação deverá obedecer os termos do Decreto no 54.851/2014; Considerando que houve ERRO DE INTERPRETAÇÃO GRAVE por parte da SVMA que considerou que o fato de não haver AUTORIZAÇÃO de nomeação para referido concurso está relacionado com a impossibilidade de solicitar nomeação obdecendo os termos do Decreto no 54.851/2014; Considerando que não houve AUTORIZAÇÃO de nomeação até o momento simplesmente porque nenhuma secretaria demandante cumpriu todos os passos do Decreto no 54.851/2014; Considerando que a SVMA PERSISTE na tentativa de não responder a solicitação do Ofício no 04/2021/CGM-COPI; Considerando a necessidade urgente de profissionais de engenharia e arquitetura por parte de diversos

setores da SVMA, conforme explicitado nos processos

6 5 1 0 . 2 0 2 1 / 0 0 0 3 1 1 3 - 5 , 6 0 2 7 . 2 0 1 8 / 0 0 0 0 5 5 3 - 2 e

6053.2021/0000568-8; Considerando todo o exposto, solicito que a SVMA esclareça se existe ou não alguma previsão para a nomeação dos profissionais QEAGs habilitados em concurso público, uma vez que não há óbice para instauração de um pedido de nomeação de aprovados no concurso público.”. A Se- cretária Executiva Suplente da CMAI fez breve relato do pedido

56659/SVMA. Trata-se de pedido de informação com a seguinte

r e d a ç ã o : " C o n s i d e r a n d o q u e o P r o c e s s o ( S E I

6027.2018/0000553-2) solicita a nomeação de 10 engenheiros agrônomos e 10 engenheiros florestais, mas está sem movimentação há mais de 01 ano; Considerando a necessidade urgente de profissionais de engenharia e arquitetura por parte de diversos setores da SVMA, conforme explicitado nos processos

6510.2021/0003113-5 e 6053.2021/0000568-8; Considerando que a Divisão de Implantação, Projetos e Obras; a Divisão de

Avaliação de Impactos Ambientais e o Grupo Técnico de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas estão solicitando em conjunto 12 engenheiros civis e 10 arquitetos, com extrema urgência, devido a reduzida equipe de servidores; Considerando que houve ERRO DE INTERPRETAÇÃO GRAVE por parte da SVMA que considerou que o fato de não haver AUTORIZAÇÃO de nomeação para referido concurso está relacionado com a impossibilidade de solicitar nomeação obedecendo os termos do Decreto nº 54.851/2014; Considerando que não houve AUTORIZAÇÃO de nomeação até o momento simplesmente porque nenhuma secretaria demandante cumpriu todos os passos do Decreto nº 54.851/2014; ; Solicito novamente,em sede de recurso, que a SVMA esclareça se irá instaurar processo administrativo solicitando a nomeação de 12 engenheiros civis e 10 arquitetos;

Caso a resposta seja negativa, considerando o princípio da continuidade do serviço público, e que a prestação dos serviços da

SVMA não podem ser interrompidos, qual será a estratégia adotada pela SVMA? 1) Terceirização das atividades de engenharia e arquitetura reservadas por lei para os profissionais QEAG; 2) Nomeação de servidores comissionados para prestação dos serviços de engenharia e arquitetura; 3) Credenciamento de profissionais semelhante ao Edital de CREDENCIAMENTO 04/SME/COAD/DIOB/2020 (04/2020) visando a terceirização de engenheiros e arquitetos; 4) Aproveitamento de servidores municipais de outras carreiras que tenham formação em engenharia/arquitetura; Grato pela atenção e disponibilidade.". As demandas foram submetidas à CMAI. Após a análise dos casos, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso uma vez que as informações existentes já foram devidamente prestadas ao munícipe. 10. Pedido nº

55857/SG - Relatoria: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC: O representante de SMDHC fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Considerando a informação SUB-MP/CMIU/ SLP No 039451090, no qual a Engenheira Natália de Fátima Faustino Silva manifestou preocupação com a possibilidade de cancelamento do concurso de 2018 para preenchimento de vagas da carreira QEAG ( conforme informação no SEI 039039915, nenhum candidato foi nomeado); Considerando que a SEHAB, SIURB, SMUL, PGM, SMADS,SMC, SVMA e a SMSUB já solciitaram pedidos de nomeação de QEAG para reposição das vacâncias que já comprometem o funcionamento da Prefeitura; Considerando que todas as Secretarias solicitantes destacaram a urgência de nomeações,pois aproximadamente 50% dos cargos de QEAG estão vagos e mais de 50% dos cargos ocupados correspondem a servidores que já cumprem os pré-requisitos para aposentadoria voluntária; Considerando que o panorama atual pode representar o total colapso da capacidade de prestação de serviços de engenharia e arquitetura, caso não haja reposição das vacâncias; Solicito encarecidamente esclarecimentos e toda a documentação existente sobre a possibilidade de cancelamento do concurso para preenchimento de cargos efetivos em engenharia e arquitetura na administração direta (QEAG), conforme Edital 00/2018, tendo sido o concurso realizado e homologado seu resultado em 27/08/2019; Solicito também, caso seja realizado o cancelamento, qual será a estratégia adotada pela Administração Pública Municipal para reposição dos cargos vagos e garantia da continuidade da prestação do serviço público? 1) Terceirização das atividades de engenharia e arquitetura reservadas por lei para os profissionais QEAG; 2) Nomeação de servidores comissionados para prestação dos serviços de engenharia e arquitetura; 3) Credenciamento de profissionais semelhante ao Edital de CREDENCIAMENTO 04/SME/COAD/

DIOB/2020 (04/2020) visando a terceirização de engenheiros e arquitetos; 4) Aproveitamento de servidores municipais de outras carreiras que tenham formação em engenharia/arquitetura; Grato pela atenção e disponibilidade.”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso uma vez que a solicitação inicial foi devidamente atendida. 11. Pedido nº 55150/AMLURB - Relatoria: Controladoria Geral do Município – CGM: O Presidente da CMAI fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação dirigido com a seguinte redação: “Caros, preciso de algumas informações a respeito do sistema de limpeza da região de Heliópolis, na Zona Sul de São Paulo. Qual é o volume de lixo recolhido em Heliópolis? Peço que respondam na periodicidade que tiverem: diária ou mensalmente. Caso segmentem por tipo de resíduo (orgânico, residencial, entulho, bagulho, recicláveis etc), peço que informem as quantidades por tipo. Em que periodicidade é feita a coleta de lixo (de cada tipo) em Heliópolis? Quantos caminhões e quantos coletores trabalham nesse serviço? Suponho que haja ruas em que os caminhões não consigam trafegar. Como é feita a coleta nessas áreas? Para onde é levado o lixo (caso seja segmentado, peço que informem os locais para onde vão cada tipo de resíduo). Quem faz a coleta (são empresas diferentes por tipo de resíduo)? Quanto custa à Prefeitura de São Paulo o serviço de limpeza da região de Heliópolis? Aguardo sua resposta.

Muito obrigada”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo encerramento do recurso por PERDA DE OBJETO, uma vez que as informações complementares solicitadas já foram prestadas ao munícipe. 12. Pedido nº 55865/SG -

Relatoria: Secretaria Municipal da Fazenda – SF: O representante de SF fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: ”O Município de São Paulo possui aproximadamente 116 mil servidores estatutários (Protocolo: 54929). O Município não possui servidores celetistas (Protocolo: 54417). Entretanto, o Município de São Paulo consta em 13.313 ações trabalhistas em curso no TRT-2 (Certidão no 169071 / 2021, Código de Verificação de Autenticidade:

1837577342Y6MnTG2D). Fatalmente, essa enorme demanda se deve às terceirizações realizadas pelo Município de São Paulo. A fiscalização do adimplemento de obrigações trabalhistas por pessoas jurídicas contratadas pelo Município de São Paulo (TST, Súmula 331) é feita de modo descentralizado por cada uma das Secretarias/Subprefeituras contratantes (Protocolo: 55603).

Existe algum órgão do Município de São Paulo responsável por padronizar/uniformizar os métodos de fiscalização trabalhista de modo a não se proliferarem infinitas rotinas administrativas díspares nas diversas Secretarias/Subprefeituras? Esclareça-se que a competência para resposta é da Secretaria Municipal de Gestão, segundo a PGM (Protocolo: 055835).” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso uma vez que a solicitação inicial foi devidamente atendida. 14. Pedido nº 55929/SEHAB- Relatoria:

Secretaria Especial de Comunicação - SECOM: Por dificuldade momentânea para uso do microfone e a pedido da representante de SECOM, a Secretária Executiva Suplente da CMAI fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação dirigido à

Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), com a seguinte redação: “Favor disponibilizar os dados socioeconômicos das famílias beneficiárias de atendimento provisório (Auxílio Aluguel) obtidos no recadastramento realizado em 2019/2020, sobretudo no que se refere ao tempo de permanência das famílias.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo SOBRESTAMENTO do recurso para realização de consulta à SEHAB, via ofício, quanto aos questionamentos formulados pela Secretaria Executiva da CMAI: “i. a informação quanto ao tempo de permanência das famílias beneficiárias de atendimento (auxílio aluguel) existe? ii. é possível informar o tempo de permanência das famílias beneficiárias de atendimento (auxílio aluguel) com supressão de informações que identifiquem a família beneficiária? iii. é possível a realização de anonimização de informações pessoais que identifiquem os beneficiados para que seja prestada informação ao requerente quanto ao tempo de permanência das famílias beneficiárias de atendimento (auxílio aluguel)?”. 16. Pedido nº 56359/SME - Relatoria: Gabinete do Prefeito e 32. Pedido nº 57085/SME - Relatoria: Gabinete do

Prefeito: Em razão da similitude dos pedidos, a representante do Gabinete do Prefeito sugeriu a análise conjunta dos pedidos 16 e 32 da Pauta, ambos de sua relatoria, tendo os membros da CMAI concordado de forma unânime. Passou-se aos relatórios.

O Pedido nº 56359/SME trata de pedido de informação com a seguinte redação dirigido à Secretaria Municipal da Educação (SME), com a seguinte redação: “NOVO PEDIDO PARA A SME

(Secretaria Municipal de Educação). <https://esic.prefeitura.sp>. gov.br/Account/Login.aspx Com a finalização do processo de autorização dos 325 do concurso de PEI e chamada de 55 faltosos, solicitamos o saldo de cargos vagos atual, ou seja, posterior ao fim do referido processo. E se caso, até o processamento dessa informação já tiver havido a escolha dos convocados no concurso de acesso para diretor e CP, solicitamos que incluam e nos forneçam a informação de 100% de cargos vagos. Na mesma oportunidade, se possível, solicitamos a quantidade de cargos que o PL, que se destina a criação de cargos de PEI, contêm e o motivo de demorarem enviá-lo para votação na Câmara, já que há 19 milhões destinados para isso e grande necessidade/ demanda na rede. Cordialmente.” O pedido nº 57085/SME trata de pedido de informação dirigido à Secretaria Municipal da Educação (SME), com a seguinte redação: “Quero saber se os cargos de PEI, liberados pela escolha dos concursos de CP e de direção, já podem "entrar" na próxima autorização de chamada do referido concurso. Também quero saber quantos cargos vagos há, na data de hj (atualizada) pelo EOL e não da data de 26/02/21 e quando será a data-corte para nova autorização do concurso?”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso, para que sejam sanadas as dúvidas apresentadas pelo munícipe, por não terem sido devidamente respondidas por SME. No caso de impossibilidade, deve o órgão justificar adequadamente. 18. Pedido nº 55605/

AMLURB - Relatoria: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC: O representante de SMDHC fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Estava verificando os contratos que não estão atualizado os valores da Empresa Loga e Sustentare. Por exemplo o contrato da empresa Loga é antigo e está o valor de R$ 4.797.388.512,00 (quatro bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, trezento e oitenta e oito mil e quinhentos e doze reais), qual o valor corrigido atualmente? E esse valor é mensal? E da empresa sustentare? O valor mostrado no contrato é de R$ 12.772.277,42 (doze milhoes, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e sete reals e quarenta e dois centavos).

Mas esses valores não estão corrigidos.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da

CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO do recurso para que a AMLURB informe valores atualizados dos contratos com as empresas Loga e Sustentare, bem como disponha através da transparência ativa, os contratos com valores atualizados, com indicação de data de atualização. 19. Pedido nº 55756/SME - Relatoria: Controladoria Geral do Município – CGM: O presidente da CMAI fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Sr. Secretário, solicito informar: 1. Quantos servidores públicos da Secretaria de Educação solicitaram licença médica resultante de uma doença clinicamente compatível (síndrome de desconforto respiratório, pneumonia, entre outros), num caso provável ou confirmados de COVID-19 (CID U07.1 -COVID-19, vírus identificado/ e U07.2 -COVID-19, vírus não identificado)? 2. Quantos

servidores públicos faleceram de doença clinicamente compatível (síndrome de desconforto respiratório, pneumonia, entre outros), num caso provável ou confirmados de COVID-19 (CID U07.1 -COVID-19, vírus identificado/ e U07.2 -COVID-19, vírus não identificado)? 3. Há um levantamento estatístico desta Secretaria Municipal com dados consolidados com afastamento e óbitos com caso provável ou confirmados de COVID-19 (CID U07.1 -COVID-19, vírus identificado/ e U07.2 -COVID-19, vírus não identificado)? Se sim, solicitamos acesso aos números desse levantamento. 4. Está sendo feito levantamento de afastamento de profissionais contratos nesta secretarias que solicitaram afastamento por suspeita ou confirmação de contágio pelo COVID-19? Se sim, solicitamos os dados consolidados. Se não, solicitamos meio de acesso a esses dados. 5. O número de servidores, funcionários ou empregados públicos em regime de tele trabalho a que se refere o decreto 59.283/20 e o total de servidores. A informação deve ser segmentada por Diretoria

Regional de Educação e cargo do servidor efetivo ou de cargo em comissão, contratado ou admitido.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO para que a SME preste as informações nos termos dos questionamentos iniciais formulados pelo munícipe. No caso de impossibilidade, deve o órgão justificar adequadamente. 20. Pedido nº 56172/SME- Relatoria: Secretaria Municipal da Fazenda – SF: O representante de SF fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Prezados, Gostaria de saber se nos anos de 2019 e 2020 foram realizadas ações de formação do Programa Saúde na Escola na cidade de São Paulo. Caso sim, estas ações foram direcionadas para profissionais de educação? Profissionais de saúde? Quais temas foram abordados? Quantas ações e quantas pessoas atingidas? Atenciosamente.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo DEFERIMENTO para que a SME informe se nos anos de 2019 e 2020 foram realizadas ações de formação do

Programa Saúde na Escola na cidade de São Paulo. Caso sim, estas ações foram direcionadas para profissionais de educação e profissionais de saúde, quais temas foram abordados, quantas ações e quantas pessoas foram atingidas. No caso de impossibilidade, deve o órgão justificar adequadamente. 21. Pedido nº

55854/SMDET - Relatoria: Secretaria Executiva de Gestão – SEGES: O representante de SEGES fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Prezada Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Tendo em vista o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação da cidade de São Paulo, peço: a) acesso às atas da reuniões que se deram após 2017 (a partir do 34o encontro), bem como informações sobre sua indisponibilização online no portal da prefeitura; b) informação sobre a etapa da recomposição do conselho, bem como detalhes sobre essa condução; c) indicação sobre as formas de interação do conselho com a sociedade civil; d) acesso à agenda de futuras reuniões, bem como informação sobre como pode a sociedade civil participar (ainda que como ouvinte). Agradeço de antemão.” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso, por considerarem que os pedidos inicialmente formulados foram respondidos e que o recurso contém matéria estranha ao objeto do pedido inicial, fundamentando a decisão na Súmula nº 5/2021 da CMAI. 27. Pedido nº 56180/AMLURB - Relatoria:

Controladoria Geral do Município – CGM: O presidente da

CMAI fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Gostaria de saber quanto a prefeitura e/ou o governo do estado gastam para coleta, transporte e destinação de todo RSU do município de São Paulo de acordo com as seguintes etapas: 1) coleta (R$/ton) 2) Transbordo e transporte até o aterro (R$/ton) 3) Operação do aterro (R$/ton) Isto para o aterro leste e o de Caieiras. Gratos pela atenção”. A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo

DEFERIMENTO do recurso para que a AMLURB preste informações quanto às medições atualizadas de forma pormenorizada e que, na ausência de possibilidade de prestação da informação neste formato, esclareça como se deu a formação do preço global, com indicação de documentos que contenham a informação. 29. Pedido nº 56364/SMS - Relatoria: Secretaria Executiva de Gestão – SEGES: O representante de SEGES fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “ Prezados Senhores, Verificando a prestação de contas do IABAS (<http://iabas.org.br/wp-content/> uploads/2020/02/012020Centro.pdf) verifiquei que em diversos meses há o pagamento de valores para a Sra. R. M. L. P., Coordenadora de Serviços de Saúde do Governo do Estado de São

Paulo. Verifiquei que estes pagamentos à pessoa física desta servidora se repete durante vários meses. Achei estranho a ocorrência destes pagamentos, mesmo porque como servidora da Pasta Saúde não deveria receber valores de um ente Público que não o de seu vínculo. Neste sentido, gostaria de receber informações quanto a estes repasses, Do que se tratam ta is repasses? Qual o valor total repassada pelo Grupo IABAS para a servidora estadual R. M. L. P.?” A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso uma vez que a informação solicitada não é de detenção da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme esclarecido em respostas prestadas em fases recursais anteriores. 31. Pedido nº 55921/SMUL - Relatoria: Secretaria Municipal de Justiça – SMJ:

A representante da SMJ fez breve relato do pedido. Trata-se de pedido de informação com a seguinte redação: “Gostaria de solicitar a emissão do habite-se no imóvel cadastrado sob o no xxx.xxx.xxxx-x, endereço: Rua Raimundo Gomes Ribeiro, xxx x Lote x x, em nome de N. P. A. , inscrito no CPF: xxx.xxx.xxx-xx”

A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo

INDEFERIMENTO do recurso uma vez que o E-SIC não é canal adequado para solicitar expedição de documentos, podendo ser buscado o canal 156 para melhor direcionamento da demanda.

III. Encerramento. A Secretária Executiva Suplente da CMAI informou que, conforme rotina estabelecida pela 64ª CMAI, a ata será disponibilizada previamente aos presentes para que tenham anuência de seu conteúdo e, após ser assinada via SEI, será disponibilizada no Portal de Transparência e no Diário Oficial do Município. O presidente da CMAI agradeceu a presença dos membros da CMAI e declarou encerrada a reunião às 17 horas e 56 minutos (dezessete horas e cinquenta e seis minutos).

Daniel Falcão

Presidente da CMAI

Controladoria Geral do Município (CGM)

Luis Felipe Vidal Arellano

Secretário Adjunto

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Maria Lucia Palma Latorre

Chefe de Gabinete

Secretaria Municipal de Justiça (SMJ)

Giovanna Palopoli Silva

Assessora

Gabinete do Prefeito

Lígia de Souza

Assessora

Secretaria Especial de Comunicação (SECOM)

Damaris Di Donatto Ferreira Torquato

Secretária Executiva Suplente da CMAI

Controladoria Geral do Município (CGM)

**EDITAIS PAG. 42**

**GABINETE DO PREFEITO**

**CASA CIVIL**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**PÚBLICA - COMAP**

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –**

**COMAP REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2021**.

Ao dia 07 do mês de maio do ano de 2021, às 11 horas e

30 minutos, sob a presidência da Senhora Bruna Borghetti Camara Ferreira Rosa, Casa Civil, realizou-se a 17ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Administração Pública – COMAP de 2021, na sala de reuniões do nono andar, estando presentes os seguintes membros: Tatiana Regina Rennó Sutto, de SGM, Maria Lucia Palma Latorre de SMJ, Giovanna Palopoli Silva do Gabinete do Prefeito e Raissa Marques Agostinho do Gabinete do Prefeito. O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514, de 20 de março de 2009, e posteriores alterações e seus membros nomeados por meio da Portaria 161 – SGM, de 11 de julho de 2019, bem como por suas respectivas alterações.

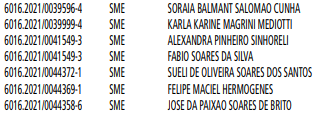
A ata possui número SEI 6010.2021/0001152-7.

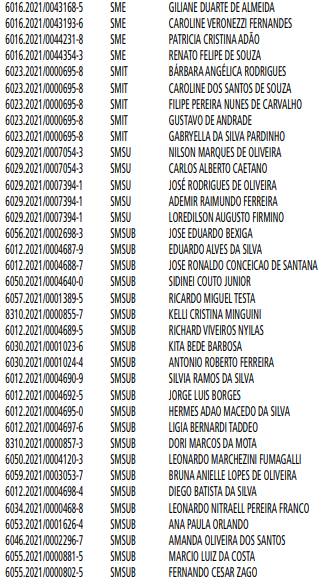
Dado início a 17ª Reunião Ordinária de 2021, seguem abaixo o resumo das deliberações:

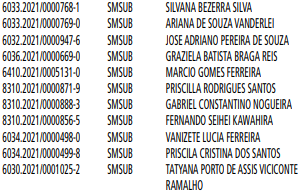
1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas Secretarias e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas, as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto n° 50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:

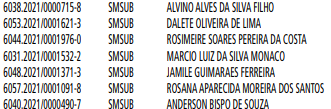








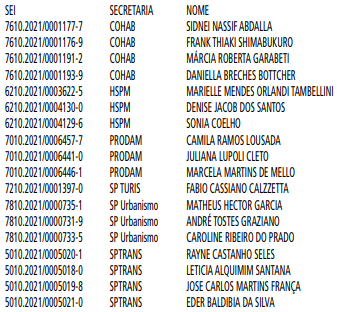






2. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas entidades da Administração Pública Indireta e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas, as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto n° 50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:

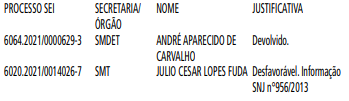




3. Foram, ainda, analisados e aprovados pelo conselho os casos que continham vínculos familiares abaixo discriminados:



4. Alguns ofícios/documentações serão devolvidos às pastas para correta instrução e/ou com parecer desfavorável:



5. Foram, ainda, analisados e aprovados pelo Conselho os casos de substituição e confirmações para Conselhos de Administração, Fiscal, Diretoria e/ou Presidência de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista:



6. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos e lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi por todos os membros assinada.



**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**COMUNICADO FUNDATEC/ EDITAL 05/FPETC/2021**

Do Processo Administrativo nº 8110.2021/0000292-6

A FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA, em atendimento ao art. 23 do Decreto Municipal nº 58.102/2018, COMUNICA a intenção da sociedade empresária MINDSET INSTITUTE LTDA., inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 08.049.394/0001-84 em realizar doação de 100 (cem) bolsas para o "Projeto de Qualificação Profissional para o curso de Inglês", para o curso de formação inicial e continuada e qualificação profissional com duração de 80 horas aulas, mais jornada de mínimo de 240 horas de estudo na plataforma, através de materiais de apoio, a fim de trabalhar a capacitação em um outro idioma além do português, desenvolvimento educacional, interação social, oportunidade de uma melhor inserção no mercado de trabalho, outros", totalizando um valor de mercado de R$358.580,00 (trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais). Eventuais manifestações de outros interessados em doar direitos e serviços similares, eventuais impugnações à proposta apresentada ou pedidos de vista do processo administrativo em epígrafe deverão ser protocolizadas no prazo de 3 (três) dias úteis na Av. São João, 473, 6º andar, sala 31,

Centro, São Paulo.

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 AO TERMO DE FOMENTO Nº

02/FPETC/2019

PROCESSO: 8110.2019/0000309-0

FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E

CULTURA

ASSOCIAÇÃO PROBRASIL

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA PRORROGAÇÃO

Prorrogação do termo de fomento por mais 20(vinte) meses, contados a partir de 30 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR

2. Não haverá suplementação de recursos, sendo que a prorrogação encontra-se amparada pelo parágrafo único do artigo 49 do Decreto nº 60.052/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O pagamento da primeira parcela será realizado nos termos do Cronograma de Desembolso descrito no item 8.5 do

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 06/FUNDAÇÃO PAULISTANA/2019, apresentado sob o documento nº 021183469 do processo administrativo, e o pagamento da segunda parcela seguirá o cronograma descrito no item 3.2.1. deste termo aditivo.

3.2 A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros deverá obedecer ao cronograma previsto no Edital de Chamamento Público e a liberação da segunda parcela seguirá o cronograma descrito no item 3.2.1. deste termo aditivo, estando em consonância com as etapas da execução do objeto da parceria.

3.2.1. A segunda parcela, representando os 20% (vinte por cento) do valor do Termo de Fomento, isto é, R$ 100.000,00 (cem mil reais), será liberada ao final do décimo ou décimo quinto mês de execução, mediante a comprovação da execução de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) da META BASE, por meio de prestação de contas parcial, conforme o item 11.3 do Edital de Chamamento Público.

CLÁUSULA QUARTA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. Deverá ser apresentada prestação de contas parcial a cada 5 (cinco) meses, sendo apenas no 10 (décimo) ou 15 (décimo quinto) mês passível de repasse da 2º (segunda) parcela do recurso.

CLÁUSULA QUINTA

DO ACOMPANHAMENTO

5.1. A Administração Pública deverá emitir relatório técnico

de monitoramento e avaliação a cada 5 (cinco) meses.

CLÁUSULA SEXTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6. Ficam mantidas as demais disposições contratuais que

não colidam com o presente instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 29/04/2021

**EDITAIS PAG. 87**

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

GABINETE DO PRESIDENTE

**COMUNICADO Nº 01/2021**

**“ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE PREVENÇÃO CONTRA PERDA DE DADOS DLP (DATA LOSS**

**PREVENTION)”.**

**PESQUISA DE DEMANDA**

Solicitamos que as unidades interessadas, enviem a estimativa de demanda, preenchendo o Termo de Adesão disponível no endereço eletrônico <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/> secretarias/inovacao/prodam/licitacoes/index.php?p=142307, à

Gerência de Compras e Contratações – GFC da PRODAM, no seguinte endereço eletrônico: compranli@prodam.sp.gov.br , até 24/05/2021, com cópia para:

Gerente Demandante - Sr. Wagner Kanagusuko - e-mail:

wagnerk@prodam.sp.gov.br e Sr. José Ricardo Vicente - e-mail

joserv@prodam.sp.gov.br;

Comprador responsável: Sr. José Arlindo França - e-mail

jfranca@prodam.sp.gov.br e;

Gerentes de Relacionamento da Prodam responsáveis pelas

Secretarias da PMSP, conforme abaixo:

Carlos Alberto Comar – e-mail: comar@prodam.sp.gov.br

•SGM Secretaria do Governo Municipal •SEGES Secretaria

Executiva de Gestão •EMASP Escola Municipal de Administração Pública •SMT Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes •CET Companhia de Engenharia e Tráfego •SP TRANS

São Paulo Transporte •SECOM Secretaria Especial de Comunicação •SMIT – Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

Patrícia dos S.B. Tupynambá – e-mail: ptupynamba@prodam.sp.gov.br

•SF Secretaria Municipal da Fazenda •SPSEC Companhia Paulistana de Securitização •SPDA Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos.

Paulo Rogério Tavares – e-mail: paulotavares@prodam. sp.gov.br

•SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social •SMPED Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência •SMC Secretaria Municipal de Cultura •Fundação Theatro Municipal •SPCine Empresa de Cinema e Audiovisual

•SMDHCSecretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

•SME Secretaria Municipal de Educação •FUNDATEC Fundação

Paulistana de Educação e Tecnologia •SEME Secretaria Municipal de Esportes e Lazer •SMRS Secretaria Especial de Relações

Social. Paulino Portes Azevedo Jr – e-mail: paulinoa@prodam.

sp.gov.br

•SMRI Secretaria Municipal de Relações Internacionais

•SMDET Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo •SP TURIS São Paulo Turismo •SP Negócios

São Paulo Negócios •ADESAMPA: Agência São Paulo de Desenvolvimento.

Aparecido Trindade de Melo – e-mail: trindade@prodam. sp.gov.br

•SMCC Secretaria Municipal da Casa Civil •CGM Controladoria Geral do Município •PGM Procuradoria Geral do Município •SMJ Secretaria Municipal de Justiça •Procon Coord.

De Defesa do Consumidor •OUVIDORIA Ouvidoria Geral do Município •CM Câmara Municipal •TCM Tribunal de Contas do Município •IPREM Instituto de Previdência Municipal.

Eder Marcelino da Silva – e-mail: edersilva@prodam.sp.gov.br

•SMSUB Secretaria Municipal das Subprefeituras •Amlurb Agência municipal de Limpeza Urbana •Ilume Departamento de Iluminação Pública •SFMSP Serviço Funerário do Município

•Defesa Civil Defesa Civil •CGE Centro de Gerenciamento de Emergências •SMSU Secretaria Municipal de Segurança Urbana

•GCM Guarda Civil Metropolitana •ABAST Supervisão Geral de

Abastecimento.

Maria Ap. Nobuko K. de Lima – e-mail: marial@prodam. sp.gov.br

•SMS Secretaria Municipal da Saúde •SMS - V Coordenação de vigilância em Saúde •AHM Autarquia Hospitalar Municipal •HSPM Hospital do Servidor Público Municipal •Terceiros Hospitais sob OS e UPAS.

Carolina Bracco D. Aguilar – e-mail: cbaguilar@prodam. sp.gov.br

•SIURB Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras •SP Obras São Paulo Obras •SEHAB Secretaria Municipal de Habitação •COHAB Companhia Metropolitana de Habitação

•SMUL Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

•CTLU Câmara Técnica de Legislação Urbanística •SP Urbanismo São Paulo Urbanismo •SVMA Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

ESCLARECIMENTOS:

I- As especificações técnicas das licenças encontram-se disponíveis no endereço eletrônico acima referenciado.

II- O respectivo Termo de Adesão referente à estimativa de demanda, **deverá conter Justificativa (clara e convincente)** **do Quantitativo, o nome completo, cargo, departamento** **e/ou divisão, e número de telefone do responsável pela** **informação.**

**III- Mesmo que não haja interesse do Órgão pelo objeto, solicitamos preencher o Termo de Adesão com a respectiva identificação, mas com os quantitativos zerados.**

**LICITAÇÕES PAG. 88**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO**

**04/2021/SMDET**

**Processo Administrativo: 6064.2017/0000307-6**

**Termo de Contrato: 008/2017/SMTE**

Contratante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, CNPJ 04.537.740/0001-12

Contratada: Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda,

CNPJ 57.695.058/0001-14

Objeto contratual: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilidade de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, nas unidades da COSAN.

Objeto do aditamento: Supressão contratual. Redução de 5% sobre o valor atualizado do contrato, a partir de 01/04/2021, em atendimento ao disposto no art. 3º do Decreto Municipal 60.041/2020.

Valor mensal: R$ 54.940,94 (cinquenta e quatro mil novecentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos).

Valor total: R$ 685.701,50 (seiscentos e oitenta e cinco mil setecentos e um reais e cinquenta centavos).

Dotação orçamentária: 30.10.08.605.3016.8103.3.3.90.3 9.00.00

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo em 06/05/2021 e Magda Nora Gomez de Vega, pela Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda, em 29/04/2021.

**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO**

**05/2021/SMDET**

Processo Administrativo: 6064.2017/0000107-3

Termo de Contrato: 010/2017/SMTE

Contratante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, CNPJ 04.537.740/0001-12

Contratada: Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda,

CNPJ 57.695.058/0001-14

Objeto contratual: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilidade de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, na sede da SMDET.

Objeto do aditamento: Supressão contratual de 3% sobre o valor atualizado do contrato, a partir de 01/04/2021, em atendimento ao disposto no art. 3º do Decreto Municipal 60.041/2020.

Valor mensal: R$ 11.602,50 (onze mil seiscentos e dois reais e cinquenta centavos).

Valor total: R$ 142.507,41 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e sete reais e quarenta e um centavos).

Dotação orçamentária: 30.10.11.122.3024.2100.3.3.90.3 9.00.00

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo em 06/05/2021 e Magda Nora Gomez de Vega, pela Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda, em 29/04/2021.

Testemunhas: Mariana da Silva Teixeira e Cátia Fagundes

Frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo.

**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO**

**025/2021/SMDET**

Processo Administrativo: 6064.2017/0000024-7

Termo de Contrato: 004/2005/SMTRAB

Contratante/Locatária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, CNPJ 04.537.740/0001-12

Contratada/Locadora: Helcy Muller Moutinho, CPF 046.924.668-55

Objeto contratual: Locação do imóvel situado na Avenida

Interlagos, 6.152, no Bairro de Interlagos, São Paulo/SP

Objeto do aditamento: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses, até 01/05/2022; concessão de reajuste provisório com base no IPC-FIPE, correspondente a 7,32%, para o período de maio de 2021 até abril de 2022; e redução contratual de 5%, após aplicação do reajuste anual (referente 2021), em atendimento ao Decreto Municipal 60.041/2021, redução no período de maio de 2021 a abril de 2022.

Valor mensal: R$ 27.878,54 (vinte e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) Valor anual: R$ 334.542,48 (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) Dotação orçamentária: 30.10.11.334.3019.8090.33.90.3 6.00.00

Signatárias: **Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot**, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em 06/05/2021, e Helcy Muller Moutinho, em 29/04/2021.

Testemunhas: Mariana Teixeira da Silva e Cátia Fagundes

Frota, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo.